APRESENTAÇÃO

O conhecimento ganha ainda mais relevância quando nasce do compromisso com a realidade e se coloca a serviço da transformação social. É nessa perspectiva que a Revista Arandu fortalece sua trajetória como espaço de produção, difusão e valorização do pensamento jurídico e social, reunindo pesquisas, experiências e reflexões que dialogam com os desafios enfrentados pela sociedade, especialmente na Região Norte do Brasil.

É com esse propósito que esta edição reúne trabalhos distribuídos em 35 eixos temáticos das áreas jurídica e social. A diversidade dos assuntos contempla questões como Acesso à Justiça, Direitos Humanos, Direito Ambiental e Amazônia, Criminologia, Direito Indígena, Direito da Mulher, Justiça Restaurativa e Gestão Administrativa, entre outros temas indispensáveis à atuação das Defensorias Públicas e ao desenvolvimento do pensamento acadêmico contemporâneo.

Neste mês, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE-RO) assume a presidência do Conselho de Política Editorial da Revista Arandu, responsabilidade que recebemos com entusiasmo e senso de compromisso institucional. Participar da condução editorial de uma publicação dessa dimensão significa contribuir para o fortalecimento da pesquisa jurídica, incentivar a produção científica e ampliar a circulação de conhecimentos que possam subsidiar o aperfeiçoamento das instituições e das políticas públicas.

Rondônia reúne uma expressiva diversidade social, cultural, econômica e ambiental. Sua formação histórica, marcada por diferentes

processos migratórios, pela presença dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e de populações oriundas de diversas regiões do país, constitui um patrimônio humano e cultural de grande relevância.

Compreender essa diversidade é também reconhecer os desafios relacionados ao meio ambiente, à proteção dos direitos fundamentais e à garantia de oportunidades para todas as pessoas.

É justamente nesse cenário que a atuação das Defensorias Públicas se revela indispensável. Em uma região de dimensões continentais, marcada por particularidades territoriais e profundas desigualdades sociais, garantir o acesso à justiça exige sensibilidade, compromisso e capacidade de compreender as diferentes realidades que compõem a Amazônia. A produção e a circulação do conhecimento científico tornam-se, portanto, instrumentos fundamentais para identificar problemas, qualificar o debate público e contribuir para a construção de respostas institucionais mais efetivas.

Agradeço a todas as Defensorias Públicas da Região Norte, aos integrantes do Conselho de Política Editorial, à equipe responsável pela organização da revista, às autoras e aos autores que compartilharam suas pesquisas e reflexões e a todas as pessoas que contribuíram para a realização desta edição. O trabalho coletivo é o que torna possível a continuidade de uma iniciativa que ultrapassa os limites institucionais e fortalece o compromisso com a ciência, a educação e a cidadania.

Acreditamos que democratizar o conhecimento é ampliar horizontes e construir caminhos para uma sociedade mais humana e igualitária. É com esse propósito que Rondônia participa desta edição,

reafirmando seu compromisso com o fortalecimento da Defensoria Pública e com a valorização da produção científica na Amazônia.

Victor Hugo de Souza Lima

Defensor Público-Geral de Rondônia

Conselho de Política Editorial